Memória, mulher e política

do governo das capitanias à presidência da república, rompendo barreiras

Maria da Conceição Fonseca-Silva

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FONSECA-SILVA, MC. Memória, mulher e política: do governo das capitanias à presidência da república, rompendo barreiras. In TASSO, I., and NAVARRO, P., orgs. *Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas* [online]. Maringá: Eduem, 2012. pp. 183-208. ISBN 978-85-7628-583-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

**MEMÓRIA, MULHER E
POLÍTICA:**
DO GOVERNO DAS CAPITANIAS À PRESIDÊNCIA DA
REPÚBLICA, ROMPENDO BARREIRAS
Maria da Conceição Fonseca-Silva³⁵

A partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa.

(*Foucault*, Microfísica do Poder)

Considerações gerais

O interesse das mulheres pela vida pública e a luta pela representação política marcam um processo difícil e têm sido objeto de estudo de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, dado o caráter multifacetado do objeto.

Em sua obra, Foucault afirma que nossas sociedades desenvolveram modos de objetivação que transformam os indivíduos em sujeitos (objetos) dóceis e úteis e modos de

35 Professora do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários e dos Programas de Pós-Graduação em Linguística e em Memória: linguagem e sociedade da UESB.

subjetivação que transformam os indivíduos em sujeitos presos a identidades que lhes são atribuídas como próprias. Como dissemos em Fonseca-Silva (2007a; 2008), no Brasil, até a metade do século XIX o percentual de mulheres alfabetizadas era muito pequeno e o analfabetismo era símbolo de nobreza e virtude para as mulheres, as quais, mantidas em situação de ignorância, não podiam participar da vida pública. Enquanto os homens eram preparados para seguir uma carreira, com disciplinas que incluíam todo o conhecimento científico e humano da época, as mulheres que tinham oportunidade de estudar recebiam instruções de português e de francês, das quatro operações matemáticas básicas, mas, principalmente, aulas de bordado. Esses são, a princípio, alguns dos ‘modos de objetivação’, no sentido postulado por Foucault (1982), que transformavam homens e mulheres em sujeitos.

Ressaltamos, não obstante, que quando os indivíduos são colocados em objetivações ou subjetivações, são também colocados em complexas relações de poder, as quais, na perspectiva foucaultiana, produzem saber e inserem-se nos gestos, atitudes e discursos que permeiam as sociedades. O poder de que trata o autor não se reduz à opressão e dominação, mas produz saber; e, de acordo com a explicação de Deleuze (1992, p. 50), esse poder funciona como um “conjunto dos relacionamentos de forças, conjunto que não passa menos pelas forças dominadas que pelas dominantes, umas e outras constituindo singularidades”. Esse poder encontra-se em toda a rede do corpo social. É neste sentido que, na perspectiva foucaultiana, onde há poder há resistência, pois “[...] jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa” (FOUCAULT, 1979, p. 24).

Isto implica que, no interior da racionalidade política, gerações de mulheres brasileiras, independentemente de sua raça

ou classe social (índias, negras, brancas, ricas ou pobres, famosas ou anônimas, livres ou escravas), na Colônia, no Reinado, no Império, na República e nos dias atuais, estiveram ou estão nesse conjunto de relacionamentos de forças, lutando e promovendo contracondutas individuais e coletivas (ações e movimentos que se opõem às formas de conduta no interior de uma racionalidade política), no que tange aos modos de objetivação e de subjetivação de homens e mulheres em todos os gestos das esferas pública e privada. As condições de possibilidade de cada época justificam, em parte, o silêncio que, conforme Perrot (2005), é promovido pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento, cuja lista de verbos no imperativo incluía termos como ‘aceite’, ‘conforme-se’, ‘obedeça’, ‘submeta-se’ e ‘cale-se’. Essas injunções não foram aceitas por milhares de mulheres brasileiras que se colocaram no lugar de resistência, muitas das quais ficaram anônimas, outras tantas foram esquecidas e poucas são lembradas.

Da Colônia à República: memória, poder político e mulheres construindo identidades

No século XVI, período da colonização do Brasil, algumas mulheres, esposas de donatários, governaram com sucesso capitanias hereditárias, representando o rei de Portugal na colônia com plena autoridade tanto no campo judicial (para aplicar a lei) quanto no campo administrativo (para nomear funcionários). Merecem destaque: Ana Pimentel, esposa de Martim Afonso de Souza, donatário da Capitania de São Vicente, que por ela foi administrada, a partir de 1534, por mais de uma década; Brites

Mendes de Albuquerque, esposa de Duarte Coelho Pereira, donatário da Capitania de Pernambuco, que por ela foi governada a partir de 1554; e Luisa Grimaldi, esposa de Vasco Fernandes Coutinho Filho, donatário da Capitania do Espírito Santo, por ela comandada a partir de 1589. No final do século XVI e início do XVII algumas mulheres atuaram como bandeirantes ou sertanistas, entre elas: Ana de Oliveira, que participou da formação de duas bandeiras ao lado do marido e irmãos, com o objetivo de conquistar terras no sertão paraibano; Maria Diaz Ferraz do Amaral, que lutou ao lado dos homens num confronto contra os índios Caiapó no interior de Goiás; e Ana Bastarda, que, para afirmar a sua condição de mulher livre, condição sempre ameaçada por ser índia, deixou um testamento. Ainda no século XVII, destacaram-se a Iguaçu, índia da nação Tamoio, que, ao lado dos franceses, lutou na disputa pelo domínio das terras da Baía de Guanabara; Inês de Souza, que, na luta contra os corsários franceses em defesa da cidade do Rio de Janeiro, reunia mulheres e crianças, vestindo-as com armaduras masculinas para que simulassem manobras de defesa na praia; Ana Paes d'Altro ou Ana de Holanda, dona de um engenho que abrigava as mulheres e filhas dos principais líderes da revolta pernambucana contra o domínio holandês no Brasil e que foi palco de um dos combates mais violentos da guerra contra os holandeses. No século XVIII, Hipólita Jacinta Teixeira de Mello, letrada e dotada de vasta cultura, participou da conspiração de Vila Rica Morro, dispondo uma de suas fazendas para reuniões dos inconfidentes.

No século XIX, acontecimentos políticos como a chegada da família real ao Brasil, a proclamação da independência, revoltas, movimentos sociais e políticos de reivindicação, a abolição da escravidão e a proclamação da República – foram marcados pela participação de mulheres. Entre essas mulheres destacaram-se,

na primeira metade do século XIX, no Ceará, em 1817, Bárbara Pereira de Alencar, pela participação da revolução republicana no Nordeste; em Alagoas, em 1822, Ana Lins, pela participação na revolta conhecida como Confederação do Equador; na Bahia, em 1824, Maria Felipa, escrava, que, na luta pela independência da Bahia, liderou 40 mulheres conhecidas como as vigias da praia, que invadiram o acampamento do exército português, atacaram os guardas e atearam fogo às embarcações; e *Maria Quitéria*, por ter participado das batalhas pela independência; no Rio Grande do Norte, em 1832, *Nísia Floresta*³⁶, que, aos 22 anos, publicou “Direitos das mulheres e injustiças dos homens”, primeiro artigo em que tratou dos limites entre os espaços público e privado, exigindo o direito de igualdade e educação para todas as mulheres; no Rio Grande do Sul, entre 1833 e 1834, Ana de Barandas, Delfina Benigna da Cunha e Maria Josefa Barreto, entre outras mulheres, se opuseram à Revolução Farroupilha e defenderam a participação das mulheres na luta política contra os partidários da separação da Província do Rio Grande do Sul.

Ressaltamos, em Fonseca-Silva (2007a), que somente a partir da segunda metade do século XIX algumas mulheres brasileiras deixaram o Brasil para estudar no exterior, pois no país o ensino superior só foi estendido às mulheres a partir de 1879. Nesse período, mulheres que tiveram acesso à educação no exterior retornaram, lutaram pelos direitos da mulher e passaram a reivindicar, também, direitos políticos, dando início ao movimento sufragista, para o qual o voto estava vinculado à igualdade da mulher e aos direitos humanos gerais, como a

36 Além de publicar *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, em que trata dos direitos das mulheres à instrução e ao trabalho, publicou *Conselhos a minha filha*, em 1842; *Opúsculo humanitário*, em 1853; *A Mulher*, em 1859, destacando a importância da educação feminina para a mulher e a sociedade. Engajou-se também na luta pela abolicionismo.

abolição. Como exemplos destacamos, no Rio de Janeiro, Narcisa Amália – primeira mulher jornalista –, que alcançou projeção no Brasil com seus artigos, por meios dos quais lutava pela abolição da escravidão, pela defesa da mulher e dos oprimidos em geral, e defendia a ideia de que, sem a instrução do povo, a democracia não passaria de uma dourada quimera; e Izabel de Souza Matos, a qual, em 1885, apoiada na Lei Saraiva, promulgada em 1881, que estabelecia as primeiras eleições diretas e garantia o voto a quem tivesse título científico, requereu alistamento eleitoral e foi atendida em seu pedido; mas aconteceu que, com o advento da República, o Ministro do Interior deu um parecer contrário, julgando o pedido improcedente.

No final do século XIX algumas mulheres criaram organizações dedicadas à causa abolicionista: Maria Tomásia Figueira presidiu a “Sociedade das Senhoras Libertadoras” ou “Cearenses Libertadoras”, criada em 1882, em parceria com Maria Correia do Amaral; Elvira Pinho fundou associações em Fortaleza e no interior do Estado, em favor da liberdade, contribuindo para que a Assembleia Legislativa Provincial decretasse o fim da escravidão no Ceará, em 1884; Elisa de Faria Souto, Olímpia Fonseca e Filomena Amorim criaram, em 1884, a associação “Amazonenses Libertadoras”, com o intuito de defender a emancipação de todos os escravos do solo amazonense, atingindo o objetivo um ano antes da Lei Áurea, em 30 de março de 1887.

Destacamos igualmente Adelina, filha de uma escrava e de seu proprietário, um homem que a obrigava a vender nas ruas da capital maranhense os charutos que fabricava. Como sabia ler e escrever, aos 16 anos frequentava comícios da sociedade abolicionista Clube dos Mortos e, consciente da sua causa, utilizava o seu trabalho para descobrir com antecedência

os planos da polícia sobre a perseguição a escravos fugidos e informar os companheiros, ajudando-os na articulação das fugas de escravos.

O século XX é marcado pela luta das mulheres em prol da conquista da cidadania. Patrícia Galvão, em 1922, desmistificando a figura feminina fora do espaço doméstico, publicou *Parque industrial*, em que denunciava as péssimas condições de salubridade dos operários imigrantes, os quais trabalhavam por mais de doze horas nas fábricas de São Paulo.

No início da década de 1920 surgiram vários grupos, denominados “Ligas para o Progresso Feminino”, o embrião da “Federação Brasileira pelo Progresso Feminino”, fundada em 1922, que, liderada por Bertha Maria Júlia Lutz, teve papel decisivo na conquista do sufrágio feminino. Conforme Avelar (2002, p. 45), as sufragistas eram “médicas, dentistas, advogadas, escritoras, escultoras, poetisas, pintoras, engenheiras civis, cientistas, funcionárias públicas, parentes de políticos da alta elite”.

No Rio Grande do Norte, em 1927 foi elaborada e aprovada a Lei Eleitoral N.º 660, com uma emenda que estendia a todos os cidadãos que reunissem as condições exigidas, sem distinção de sexo, o direito de votar e ser votado. Conforme Daniel e Pereira (2009), várias mulheres requereram inscrição eleitoral. No dia 25 de novembro de 1927, *Celina Guimarães* obteve seu registro e se tornou a primeira eleitora do Brasil. No dia 5 de abril de 1928, *Alzira Soriano* foi eleita prefeita de Lajes, tornando-se a primeira mulher no Brasil escolhida pelo voto para ocupar um cargo eletivo, na esfera do poder executivo; mas a Comissão de Poderes do Senado impediu que ela concluísse o mandato e anulou todos os votos das mulheres alistadas no Estado.

Com a Revolução de 30, as feministas se uniram a Vargas para discutir o Anteprojeto da Constituição de 1932, e conseguiram que Berta Lutz fosse indicada pelo presidente para discutir o parecer. Houve então uma manobra para retirar do anteprojeto o direito de voto às mulheres, mas o presidente antecipou a divulgação do documento e fez publicar o Código Eleitoral Provisório, instituído pelo Decreto N.º 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, (FONSECA-SILVA, 2007a, p. 22), o qual garantia o voto a mulheres casadas com autorização do marido e a viúvas e solteiras que tivessem renda.

Essas restrições só foram eliminadas no Código Eleitoral de 1934, que, segundo Blay (2001), tornou apenas o voto masculino obrigatório. **Carlota Pereira de Queiroz** foi a primeira deputada federal eleita no Brasil, e em 1934 **Joanna da Rocha Santos** foi eleita prefeita da cidade de São João dos Patos, no Maranhão, tornando-se a segunda prefeita eleita do País.

Com o advento da Ditadura do Estado Novo (1937-1945) e o consequente fechamento do Congresso por Getúlio Vargas, em 1937, as mulheres só puderam votar com a redemocratização do país; e o voto feminino só passou a ser obrigatório em 1946, quando o sistema democrático brasileiro começou a ser restabelecido. A Câmara dos Deputados e o Senado passaram a funcionar como Poder Legislativo durante o Governo Dutra (1946-1951), que baixou o decreto conhecido como Lei Agamenon, instituindo a Justiça Eleitoral, o alistamento eleitoral e os pleitos. Em 1947 **Conceição da Costa Neves** foi eleita a primeira deputada estadual, e foi também a primeira mulher, em todo o Brasil, a assumir a presidência de uma assembleia legislativa.

No período da ditadura militar, cujo início é marcado pelo ano de 1964 e apoiado por setores da sociedade civil³⁷ como os industriais, os banqueiros, o clero, parte da classe média e militares de alta patente, o processo eleitoral foi adequado aos interesses do regime, que alterou a duração de mandatos, cassou políticos, decretou eleições indiretas para os cargos de presidente da República e governador de Estado e a nomeação de prefeitos. A legislação eleitoral ficou marcada pela centralização do poder e das decisões na figura do presidente, reforçada pela implantação de vários atos institucionais, quais sejam: AI 1 (1964), que permitiu a cassação de mandatos e a suspensão de direitos políticos; AI 2 (1965), que extinguiu partidos políticos, determinou eleições indiretas, decretou estado de sítio sem consulta prévia do Congresso Nacional e intervenção nos estados, e fechou o congresso; AI 3 (1966), que determinou eleições indiretas para governador e nomeação de prefeitos; AI 4 (1966), que obrigou o congresso a votar o Projeto da Constituição; AI 5 (1968), que ampliou os poderes do presidente da República, permitindo-lhe decretar o fechamento do Congresso Nacional. Em 1969 foi instituída nova lei de segurança nacional; em 1970 foi aprovado o Decreto-Lei N.º 1077, que instituiu a censura; em 1976 foi instituída a Lei N.º 6.339 (Lei Falcão), que restringiu a propaganda eleitoral e proibiu o debate político nos meios de comunicação; em 1977 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 8, que criou a categoria de “senador biônico”, eleito indiretamente por um colégio eleitoral que era controlado pelos militares. As formas de repressão e intimidação da ditadura incluíam a proibição

37 *A Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, que reuniu cerca de quinhentas mil pessoas na Praça da República, centro de São Paulo, indica que houve organização de setores da sociedade civil para depor João Goulart do poder, pois defendiam a intervenção militar na política.

de opiniões contrárias ao regime, prisões, torturas, exílios e assassinatos premeditados (SILVA, 1988).

Conforme Ventura (1988), logo após o golpe militar de 1964 teve início uma fase de silêncio forçado dos movimentos de massa. A partir de então, as lutas estudantis se intensificaram em resistência tanto ao projeto de reforma educacional proposto pela ditadura quanto à repressão policial-militar e atos institucionais. Em consequência, o confronto saía do campo das ideias para as ruas, com a luta armada, e para os porões, lugar onde acontecia a prática de tortura. Isto significa que, com a ideologia da segurança nacional imposta pelo regime militar, era impossível conjugar o ideário de libertação difundido por qualquer segmento intelectual, artístico, estudantil ou operário. Parte da população brasileira, incluindo homens e mulheres, declarou, por meio de luta contra a ditadura militar, a não aceitação de um regime político repressor. Muitas mulheres, em sua maioria jovens da classe média e intelectualizadas, engajaram-se em movimentos e organizações clandestinas de esquerda e lutaram pela recuperação dos direitos civis e políticos, nas décadas de 60 e 70 até início da década de 80. Além de lutar pela igualdade de direitos, as mulheres, ao lado dos homens que participavam dos movimentos e organizações clandestinas, lutavam também pela redemocratização do país, pela anistia aos presos políticos e por melhores condições de vida, sendo taxadas pelo regime como subversivas e terroristas. Na lista de nomes de mulheres figura ‘Dilma Rousseff’.

Ao tratar da relação entre mulher e política no período entre os anos 60 e 70 do século XX, especificamente, sobre aspectos da militância feminina em organizações clandestinas contra o regime militar brasileiro, Bastos (2004, p. 1) afirma que “as transformações sociais ocorridas na sociedade brasileira,

especialmente a partir dos anos 60, criaram as condições mais gerais para a efetiva constituição da ‘mulher como sujeito político’” na luta pela transformação das relações sociais e políticas. Ridenti (1990) salienta que na década de 1970 as mulheres militantes correspondiam a 16% dos quadros das organizações de esquerda e a 18,3% do total de militantes armados.

A partir da década de 80 a participação da mulher na política brasileira intensificou-se. Maria Luiza Fontenele, em Fortaleza, tornou-se a primeira prefeita de uma capital, em 1986, e Iolanda Fleming, do Acre, tornou-se a primeira governadora, no mesmo ano. Luiza Erundina, em São Paulo, foi a primeira prefeita da maior cidade do país, em 1989; e **Júnia Marise Azeredo Coutinho**, em Minas Gerais, e **Marluce Pinto**, em Roraima, foram as primeiras senadoras eleitas por voto direto, em 1990, Sendo seguidas por **Roseana Sarney**, eleita senadora pelo estado do Maranhão em 1994. **Ellen Gracie Northfleet** tornou-se a primeira mulher a integrar (como ministra) a Suprema Corte do Brasil desde a sua criação, em 2002, e a primeira presidente eleita do Supremo Tribunal Federal, em 2006. Dilma Rousseff, depois de ter sido presa, torturada e taxada pelo regime militar como subversiva e terrorista, tornou-se a primeira mulher a ocupar a função de Ministro das Minas e Energia, em 2003, a função de Chefe da Casa Civil (equivalente ao cargo de primeiro-ministro), em 2005, e a primeira presidente do Brasil, em 2010.

O século XXI desponta, assim, com acontecimentos marcados pela memória e atualidade do papel político da mulher no jogo de relações de forças no processo de transformação social, no que tange à superação das desigualdades de gênero e das relações com as diferentes esferas de poder.

Dilma Rousseff: de militante a presidente

Na discursivização da mídia, Dilma Rousseff representa a mulher que atua nas esferas de poder político e que está relacionada ao mesmo tempo à militância política e à luta armada no Brasil. Na análise das formulações que selecionamos para trabalhar este tópico, mobilizamos o conceito de efeito metafórico definido por Pêcheux (1969) como efeito semântico por um deslizamento de sentido numa distância entre X e Y. Para o autor, as sequências discursivas não se passam a outras apenas por substituição, pois estão ligadas por uma série de efeitos metafóricos. Argumenta o autor que a metáfora não funciona nem como comparação nem como desvio, mas como transferência que se dá num processo contínuo de deslizamentos por meio do qual se pode chegar tanto ao lugar da interpretação quanto ao lugar da historicidade. Dito de outra forma, de um lado, palavras, expressões, etc., não significam por si sós; de outro lado, não há sentido sem metáfora, pois o sentido se delineia sempre na relação que uma palavra ou uma expressão tem com outra palavra ou outra expressão.

O efeito metafórico, segundo Pêcheux (1969), assenta-se na tensão entre processos parafrásticos (o mesmo) e polissêmicos (o diferente). A paráfrase figura como reformulação ou como atividade efetiva de reformulação; a polissemia, por seu turno, definida como o deslocamento, como a ruptura na continuidade perpetrada pela paráfrase, como solução da continuidade do processo de significação mantida pela paráfrase, contrapõe-se à paráfrase, pois joga permanentemente com o equívoco. A polissemia caracteriza-se pela emergência do diferente, da multiplicidade de sentidos no discurso, e pode ser percebida

em diferentes situações de discursividade, como se observa na seguinte discursivização sobre Dilma Rousseff:

1. Dilma Rousseff tem fama – e biografia – de durona. Mas como esse é um governo de lágrimas fáceis e abundantes, ao ser empossada, **ela caiu no choro ao se lembrar das companheiras de luta armada mortas durante o regime militar.** Dilma foi militante do Comando de Libertação Nacional (Colina) e da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Codinomes que usava na época: **Estela, Luiza, Patrícia e Wanda.** (*Veja*, 8 de janeiro de 2003, p. 35 – grifos nossos).

2. A ex-guerrilheira abre fogo. (*Veja*, 2 de novembro de 2005, p.80 – grifos nossos).

3. A manutenção dessas conquistas – mérito que, este, sim, cabe ao governo Lula e à equipe de Palocci – é justamente o que **a ministra (e ex-guerrilheira da VAR-Palmares, um dos principais grupos armados da década de 60)** [...] (*Veja*, 2 de novembro de 2005. p. 82-83 – grifos nossos).

As expressões destacadas em negrito nas formulações de 1 a 3 podem ser agrupadas na série (a):

(a)

**Dilma Rousseff tem fama –
e biografia – de durona.**

**ela caiu no choro ao se
lembrar das companheiras
de luta armada mortas
durante o regime militar.**

**Dilma foi militante do
Comando de Libertação
Nacional (Colina) e da
Vanguarda Popular
Revolucionária (VPR).**

Codinomes que usava

na época: Estela, Luiza,
Patrícia e Wanda.

A ex-guerrilheira abre fogo.

a ministra (e ex-guerrilheira
da VAR-Palmares, um dos
principais grupos armados
da década de 60).

Na rede apresentada em (a), em que ocorre o jogo do mesmo e do diferente, ou seja, um jogo parafrástico e polissêmico, as expressões em negrito funcionam como pontos de encontro de uma memória e de uma atualidade. Indicam que Dilma se subjetivou na posição de militante contra o regime militar e atualmente se subjetiva na esfera do Poder Executivo no Brasil. Indica que houve participação feminina na militância política contra a ditadura militar brasileira, quando jovens estudantes assumiram um papel inédito tanto no campo da política quanto no campo das relações de gênero, rompendo com os códigos da época. **Nos anos tensos da ditadura militar, Dilma** Rouseff, que iniciou a sua militância política antes de 1964, no movimento estudantil, aos 16 anos, foi uma das jovens estudantes que tiveram importante atuação: militou no Comando de Libertação Nacional (COLINA) e na Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

Conforme Pêcheux (1983, p. 53), toda descrição está exposta ao equívoco da língua. Isso implica que todo enunciado ou formulação linguística é “susceptível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”. Daí que, ao discursivizar sobre Dilma na condição de ministra e designá-la com expressões que remetem à sua participação no passado em

movimentos e organizações que lutaram contra a ditadura, a mídia – (neste caso, a Revista *Veja*, em cujas páginas circularam textos com formulações do tipo das apresentadas de 1 a 3) não a desqualifica, ainda que tenha sido essa a intenção do semanário mais vendido no Brasil; ao contrário, ajuda o país a não esquecer e contribui para o não apagamento de acontecimentos que fazem parte da memória social brasileira, já que muitos dos homens e mulheres que, quando jovens, militaram contra o regime militar, não puderam e não podem contar suas histórias. A história da ditadura militar é pouco discursivizada nos meios de comunicação, como também o é no que tange à história das mulheres, havendo um silenciamento neste sentido. O silêncio, porém, nem sempre é negativo. Orlandi (1992) argumenta que o silêncio não é uma contrapartida do dito visto de forma negativa, mas é o que rege os processos de significação e que tem formas específicas de significar, pois dizer e silenciar são constitutivamente inseparáveis, e para dizer é necessário não dizer, já que todo dizer cala algum sentido. Segundo a autora, a política do silêncio indica como o sentido é sempre produzido de um lugar e a partir de uma posição de sujeito.

Dessa forma, já que todo processo de significar traz uma relação com o silêncio, podemos dizer que no trabalho de memória - marcado pela tensão do jogo do mesmo e do diferente nos processos parafrásticos e polissêmicos identificados nas expressões de (a) - houve participação feminina nas organizações de militância política e nos movimentos de guerrilha e que Dilma Rousseff participou dessas organizações. Essa participação provocou ruptura na história do país, provando que, assim como o homem, a mulher pode combater e conquistar reconhecimento e respeito no espaço político.

Disto resultou que, nas eleições para presidente do Brasil em 2010, dos três principais candidatos, no primeiro turno, dois eram mulheres: Marina Silva e Dilma Rousseff, que obtiveram, juntas, 66% dos votos. O segundo turno foi disputado por José Serra e Dilma Rousseff, e esta última obteve a vitória, com 56,04% dos votos válidos.

Na noite de 31 de outubro de 2010, marcado pela novidade do acontecimento 'Dilma Rousseff foi eleita a primeira presidente do Brasil', teve início, a partir das 20 horas, quase simultaneamente, nas TVs, *sites* de notícias e jornais *online* do Brasil e de outros países, como um grito quase coletivo, a *circulação-confronto*, no sentido de Pêcheux (1983), de formulações (deslocadas, repetidas e retomadas) que se colocam no jogo parafrástico e polissêmico, a exemplo das apresentadas a seguir:

4. **Atenção! Nos próximos 4 anos e pela primeira vez na história, o poder executivo do Brasil será comandado por uma mulher. Dilma esta oficialmente eleita Presidente da República** (Rede Globo, 31 de outubro de 2010).

5. **Domingo, 31 de outubro de 2010. Uma data histórica para 192 milhões de Brasileiros. Pela primeira vez, uma mulher é eleita presidente do Brasil.** Dilma, mineira, economista, 62 anos. **O Brasil ganhou a sua primeira presidente mulher**, exatamente às 20 horas e 7 minutos, dessa noite. (Rede Globo, 31 de outubro de 2010).

6. **Dilma Rousseff (PT) é a primeira mulher eleita presidente do Brasil.** O presidente do TSE, Ricardo Lewandowski, reconheceu a vitória da petista na TV às 20h14 deste domingo, 31. (<http://www.estadao.com.br>, 31 de outubro de 2010).

7. **Dilma Rousseff foi eleita neste domingo a mais nova presidente do Brasil. Primeira mulher a ocupar o cargo no país, a ex-ministra da Casa Civil** obteve a preferência de 51 milhões de eleitores (<http://veja.abril.com.br>, 31 de outubro de 2010).

8. Dilma Rousseff é eleita a primeira presidente da história brasileira (<http://www.eleicoes.uol.com.br>, 31 de outubro de 2010).

9. Pela primeira vez na nossa história, uma mulher é eleita para a presidência da República (<http://www.cartacapital.com.br>, 31 de outubro de 2010).

10. Dilma Rousseff: Brasil elege 1ª presidenta (<http://especiais.ig.com.br>, 31 de outubro de 2010).

11. Dilma Rousseff, foi eleita neste domingo a 40ª presidente da história do Brasil. Esta é a primeira vez que uma mulher ocupa o cargo no país (<http://www.portugues.rfi.fr>, 31 de outubro de 2010).

12. Dilma Rousseff (PT) está eleita presidente do Brasil (...) Ainda na juventude, logo depois do golpe militar de 1964, Dilma se interessou pelo socialismo. Foi militante de esquerda, integrou movimentos que pregavam o uso de armas contra o regime militar, como o Comando de Libertação Nacional (COLINA). Ficou presa de 1970 a 1972, condenada a seis anos de cadeia, primeiro na Oban, onde foi torturada e depois no DOPS (<http://sul21.com.br>, 31 de outubro de 2010).

13. Dilma Rousseff (...) fue electa Presidente en los comicios de este domingo y se convertirá en la primera mujer en ostentar ese cargo. (...) Economista, de 62 años, Rousseff participó en la resistencia armada al régimen militar que gobernó Brasil entre 1964 y 1985, y por ello pasó tres años encarcelada; en el período que se siguió a su arresto fue sometida a torturas por sus captores (<http://www.elpais.com.uy>, 31 de outubro de 2010).

14. Rousseff es la primera presidenta mujer de Brasil (<http://www.pagina12.com.ar>, 31 de outubro de 2010).

15. Dilma Rousseff [...] se convierte en la primera mujer que accederá a la Presidencia en Brasil, el país más grande de América Latina (www.clarin.com, 31 de outubro de 2010).

16. Dilma Rousseff, economista de 62 años que en su juventud conoció la guerrilla, la cárcel y la tortura, se convirtió el domingo en la primera mujer elegida para gobernar Brasil (www.emol.com, 31 de outubro de 2010).

17. The result completed an unlikely journey for **Rousseff** that took her from jail and brutal torture by her military captors in the 1970s to become the first woman to lead Latin America's largest economy (New York Times, 31 de outubro de 2010).

18. A former Marxist rebel who was jailed and tortured during Brazil's military dictatorship last night became the first female president in her country's history. (<http://www.guardian.co.uk>, 31 de outubro de 2010).

19. **Dilma Rousseff. Brazil's first female president** (<http://www.cbc.ca>, 31 de outubro de 2010).

20. **Dilma Rousseff has won the election for president in Brazil**, according to the country's Supreme Electoral Tribunal Minister, making her the nation's first woman to hold the office (<http://www.cubaheadlines.com>, 31 de outubro de 2010).

21. **Mme Rousseff**, du Parti des travailleurs, devient la première femme à diriger le plus vaste pays d'Amérique du Sud et quatrième plus grande démocratie du monde (<http://qc.news.yahoo.com>, 31 de outubro de 2010).

22. **Dilma Rousseff élue présidente du Brésil** (<http://www.forumfr.com>, 31 de outubro de 2010).

23. La candidate du Parti des travailleurs, **Dilma Roussef**, est devenue dimanche la première femme présidente du Brésil em remportant le second tour de l'élection présidentielle avec plus de 55% des suffrages (<http://www.lepetitjournal.com>, 31 de outubro de 2010).

A circulação/confronto dessas formulações, de um lado, indica que esse acontecimento é marcado pela sua atualidade (pela novidade que não tira sua opacidade) e pela memória, que é imediatamente convocada para funcionar; e de outro lado, marca discursivamente o acontecimento. As expressões destacadas em negrito nas formulações de 4 a 23 podem ser agrupadas em duas séries parafrásticas e polissêmicas:

(b)

[...] pela primeira vez na história,
o poder executivo do Brasil será comandado
por uma mulher. Dilma está oficialmente
eleita Presidente da República

Pela primeira vez, uma mulher é eleita
presidente do Brasil. [...] O Brasil ganhou a sua
primeira presidente mulher

Dilma Rousseff (PT) é a primeira mulher
eleita presidente do Brasil.

Dilma Rousseff foi eleita neste domingo
a mais nova presidente do Brasil.
Primeira mulher a ocupar o cargo no país

Dilma Rousseff é eleita a primeira
presidente da história brasileira

Pela primeira vez na nossa história, uma
mulher é eleita para a presidência da República

Dilma Rousseff: Brasil elege 1ª presidenta

Dilma Rousseff, foi eleita neste domingo a
40ª presidente da história do Brasil. [...] é a primeira
vez que uma mulher ocupa o cargo no país

Dilma Rousseff (PT) está eleita presidente do Brasil

Dilma Rousseff [...] fue electa Presidente en los
comicios de este domingo y se convertirá en la
primera mujer en ostentar ese cargo.

Rousseff es la primera presidenta mujer de Brasil

Dilma Rousseff [...] se convierte en la primera
mujer que accederá a la Presidencia en Brasil,
el país más grande de América Latina

Dilma Rousseff se convirtió el domingo en la

primera mujer elegida para gobernar Brasil

Dilma Rousseff. Brazil's first female president

**Dilma Rousseff has won the
election for president in Brazil**

**Mme Rousseff (...) devient la première femme
à diriger le plus vaste pays d'Amérique du Sud et
quatrième plus grande démocratie du monde**

Dilma Rousseff élue présidente du Brésil

**Dilma Rousseff est devenue dimanche la
première femme présidente du Brésil**

Analisando a série (b) na perspectiva de Pêcheux (1983), poderíamos dizer que o resultado apresentado pela mídia evoca o sentido logicamente estabilizado: no dia 31 de outubro de 2010 Dilma Rousseff foi eleita a primeira presidente do Brasil. A evidência do sentido é sustentada pela lógica apresentada: Dilma Rousseff derrotou seu adversário nas urnas e tornou-se a primeira presidente do Brasil. As formulações/reformulações apresentadas em (b), entretanto, são opacas. O efeito metafórico das expressões dessa série é resultado da tensão, do retorno ao mesmo no espaço do dizível, que é marcado pela paráfrase, e no espaço do diferente ou do deslocamento ou deslizamento de sentidos, que é marcado pela polissemia.

Desta forma, as formulações/reformulações colocadas em circulação/confronto na noite do dia 31 de outubro têm uma duração no presente, mas evoca o passado e o futuro. Quem foi eleito presidente do Brasil? A esquerda? O PT? Os partidos aliados? Essas perguntas desorganizam o sentido logicamente estabilizado evocado pela mídia e evocam outros sentidos, pois o acontecimento de 31 de outubro de 2010 é marcado pela atualidade

e pela novidade: Dilma Rousseff é a primeira presidente do Brasil, mas, ou ao mesmo tempo, pela memória que é atravessada pela história de gerações de mulheres (índias, negras, brancas, ricas ou pobres, famosas ou anônimas, livres ou escravas) que, da Colônia à República, participaram de relacionamentos de forças, lutaram e promoveram contracondutas individuais e coletivas no interior de racionalidades políticas, para poderem se subjetivar no lugar de sujeito político. O nome Dilma Rousseff, neste sentido, deixa de figurar uma pessoa para figurar um lugar que representa todas as gerações de mulheres brasileiras (anônimas, esquecidas, pouco lembradas) que não aceitaram as injunções impostas pela sociedade e se colocaram no lugar de resistência.

Cumpra também ressaltar que na circulação-confronto de formulações sobre o acontecimento da noite de 31 de outubro de 2010 a mídia deslizou o sentido da participação de Dilma nos movimentos clandestinos, na militância contra o regime militar. Se antes do acontecimento da noite de 31 de outubro o sentido evocado era negativizado para impedir o acontecimento, depois dos resultados das urnas o mesmo fato passou a funcionar com estabilidade lógica variável. A interpretação política evocada mostrou que os sentidos se delineiam na relação que uma palavra ou expressão tem com outra palavra ou outra expressão e na relação que um acontecimento tem com outro acontecimento. Por isso a série parafrástica e polissêmica (b) é seguida da série (c):

c)

**Foi militante de esquerda, integrou
movimentos que pregavam o uso de armas
contra o regime militar, como o
Comando de Libertação Nacional (COLINA).
Ficou presa de 1970 a 1972, condenada**

a seis anos de cadeia, primeiro na Oban,
onde foi torturada e depois no DOPS

Rousseff participó en la resistencia armada
al régimen militar que gobernó Brasil entre
1964 y 1985, y por ello pasó tres años
encarcelada; en el período que se siguió a su
arresto fue sometida a torturas por sus captores

economista de 62 años que en su juventud
conoció la guerrilla, la cárcel y la tortura

Rousseff that took her from jail and
brutal torture by her military captors
in the 1970s to become the first woman
to lead Latin America's largest economy

A former Marxist rebel who was jailed
and tortured during Brazil's military dictatorship
last night became the first female
president in her country's history.

Diferentemente da série (a), a série (c) aparece como comentário, como complemento da série (b), mas também como esclarecimento e acréscimo do que foi silenciado na série (a). Nas expressões das formulações/reformulações colocadas em circulação/confronto na noite de 31 de outubro de 2010, Dilma Rousseff, quando jovem, militou e integrou movimentos de resistência ao regime militar, foi presa e torturada, e aos 62 anos tornou-se a primeira presidente do Brasil. Nesse trabalho de memória, o sentido aparentemente estabilizado em que Dilma era apresentada pela mídia como subversiva e terrorista, deslizou-se para o sentido em que Dilma Rousseff, a primeira mulher presidente do Brasil, é apresentada como mulher destemida, líder, de personalidade forte, de estilo polêmico e **combativo**, responsável e comprometida com o Brasil, requisitos que lhe permitiram chegar ao mais alto cargo do Poder Executivo,

provocando ruptura tanto na história do País quanto na história das mulheres, que vêm conseguindo conquistar espaços na esfera pública e têm mostrado que podem se subjetivar em todas as esferas de poder político do país - no Executivo, no Legislativo e no Judiciário.

Do acontecimento de 31 de outubro de 2010 registramos o seguinte trecho do primeiro pronunciamento da primeira presidente do Brasil:

Esse fato, para além da minha pessoa, é uma demonstração do avanço democrático do nosso país, porque **pela primeira vez uma mulher presidirá o Brasil**. Já registro, portanto, o meu primeiro compromisso após a eleição: **honrar as mulheres brasileiras para que esse fato até hoje inédito se transforme num evento natural e que ele possa se repetir e se ampliar nas empresas, nas instituições civis e nas entidades representativas de toda a nossa sociedade. A igualdade de oportunidade entre homens e mulheres é um princípio essencial da democracia.**

Eu gostaria muito que os pais e as mães das meninas pudessem olhar hoje nos olhos delas e dizer: **‘Sim, a mulher pode’**. A minha alegria é ainda maior pelo fato que **a presença de uma mulher na Presidência da República se dá pelo caminho sagrado do voto, da decisão democrática do eleitor, do exercício mais elevado da cidadania** (ROUSSEFF, 2010 – grifos nossos).

Considerações finais

Diante do exposto, salientamos que somente por meio daquilo que está à margem e que está interdito é possível entendermos as estruturas sociais ou as regularidades de um campo social ou de uma racionalidade política qualquer.

Tentamos mostrar que, no conjunto de relacionamentos de forças que produzem saber e inserem-se nos gestos, atitudes e discursos que permeiam nossa sociedade, gerações de mulheres, da Colônia à República, têm participado de ações e movimentos que se opunham às formas de condução das condutas no interior das racionalidades políticas.

Na materialidade discursiva das formulações postas em circulação na sociedade, os sentidos das formulações sobre mulher e política não são logicamente estabilizados, ou seja, são logicamente variáveis. Gerações de mulheres brasileiras, independentemente de raça ou classe social, subjetivaram-se no lugar de resistência, lutaram e lutam, promovendo, conforme as condições e possibilidades de cada época, contracondutas que dizem respeito a determinados modos e práticas de objetivação e de subjetivação de homens e mulheres na sociedade.

Dessa forma, as contracondutas que acontecem no interior de cada racionalidade política indicam que, ao lado do desenvolvimento de modos de objetivação que transformavam e transformam mulheres (e homens) em sujeitos/objetos dóceis e úteis, desenvolveram-se modos de subjetivação por meio dos quais ocorre a efetiva constituição e transformação da mulher como sujeito político, com identidade própria, possibilitando, entre outros fatos, o acontecimento de 31 de outubro de 2010, em que Dilma Rousseff foi eleita a primeira presidente do Brasil.

Referências

AVELAR, L. Mulher e Política: o mito da igualdade. *Democracia Viva*, n. 32, p. 98-102, jul./set 2002.

BASTOS, N. de S.. *Mulheres em armas*: memória da militância feminina contra o regime militar brasileiro. 2004. Disponível em: <<http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/textos.php>>. Acesso em: 22 dez. 2009.

BLAY, E. A. Um caminho ainda em construção, a igualdade de oportunidades para as mulheres. *Revista USP*, São Paulo, n. 49, p. 82-97, mar./mai. 2001.

DANIEL, T. T.; PEREIRA, R. RODRIGUES. O voto feminino no Brasil. *Boletim Informativo da PRR/3ª Região*, São Paulo, 06 de mar. 2009. Edição Especial. Disponível no site da PRR/3ª Região: http://www.prr3.mpf.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=136&Itemid=178. Acessado em acesso em 29 de maio de 2009.

FONSECA-SILVA, M. da C. *Poder-saber-ética nos discursos do cuidado de si e da sexualidade*. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007a.

_____. Ethos, memória e cenas validadas da corrupção política em Veja. In: III Simpósio Internacional sobre análise do discurso: emoções, ethos e argumentação, 2008, Belo Horizonte. *Anais III Simpósio Internacional sobre análise do discurso: emoções, ethos e argumentação*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 75-76.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 145-53. Edição original: 1979.

_____. *Ditos e escritos*: estratégia, poder-saber. Vol. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

PÊCHEUX, M. *O discurso*: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1997. Edição original: 1983.

PERROT, M.. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

VENTURA, Z. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: nova Fronteira, 1988.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

Deleuze, G. *Foucault*. Lisboa, Vegas, 1992.

RIDENTI, M. S. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v.2, n.2, p. 113-128, 1990.